

METODOLOGIA FEMINISTA DE FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gláucia Marques
Isabelle Hillenkamp
Maria Fernanda Marcelino
Miriam Nobre
Tica Moreno
Vera Ubaldino Machado

FORMAÇÃO

A formação é um processo contínuo que combinou o acompanhamento processual aos empreendimentos em redes (AMESOL, Mulheres do Vale do Ribeira, grupos de consumo solidário e agricultoras urbanas)



com momentos de maior aprofundamento. Estes momentos aconteceram por meio de 12 cursos de formação com duração de um dia; um curso de formação em economia solidária e feminista em 2 módulos de 4 dias cada; e 3 seminários, sendo dois deles de caráter nacional. Os aprendizados ao longo deste projeto foram relatados nos seminários nacionais pelas próprias mulheres dos empreendimentos.

A programação destas atividades contou com reflexões sobre a sociedade em que vivemos, divisão sexual do trabalho, economia feminista, economia solidária, organização em redes setoriais e territoriais, comercialização, agroecologia, políticas públicas, autogestão, autonomia econômica. Ao longo das atividades estes temas se con-

cretizaram em reflexões sobre o território, desde o fundo do quintal até os trajetos das mulheres pela cidade. Foi de grande importância a movimentação das mulheres conhecendo os locais de produção umas das outras durante as atividades de formação, pois antes estava cada uma em sua casa e ninguém sabia o que acontecia com a companhia. Reflexões sobre os tempos, como mulheres e homens organizam suas jornadas diárias e, os espaços, os territórios das mulheres que se expandiram durante este projeto permearam a maioria das atividades. Isto permitiu descobertas sobre as cotidianas injustiças, como a sobrecarga de trabalho das mulheres e constrangimentos e, a violência sexista enfrentada pelas mulheres, e como superá-los.

As atividades de formação cumpriram os propósitos elencados a seguir e exemplificados com temas e metodologias desenvolvidos ao longo das mesmas. Ao final apresentamos a estrutura de uma atividade de formação conforme a metodologia desenvolvida.

CONCEITOS APREENDIDOS POR MEIO DA ELABORAÇÃO DA EXPERIÊNCIA VIVIDA

"Se isto é agroecologia, então eu sou agroecológica". A agroecologia, por exemplo, tem como conceito chave a aproximação da agropecuária como atividade humana dos processos da natureza, ou seja, "a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas". (GLIESSMAN *apud* SILIPRANDI, 2015)¹. Não se trata, portanto de um sistema prede-

terminado ou um pacote tecnológico, mas sim, da experimentação e da observação de como a natureza vai se adaptando e se reequilibrando depois de mudanças causadas, seja pelo trabalho humano direto, seja por intervenções mais amplas como o uso de agrotóxicos que contaminam fontes de água próximas, ou mesmo mudanças climáticas. Foram trabalhadas práticas de agrofloresta, cultivo de plantas medicinais e de plantas alimentícias não convencionais (PANC), dentre outras. Uma das atividades de formação do projeto foi uma oficina de criação de galinhas caipira, que se iniciou com uma pergunta: o que faz uma galinha ser o que é? As agricultoras foram respondendo, nomeando, muitas vezes com termos locais, atividades (ciscar), fisiologia (trocar as penas), comportamentos (uma bicar a outra). A partir do que elas trouxeram foi possível conversar sobre as razões de problemas que ocorrem na criação (por que as galinhas bicam umas nas outras?) e sobre as formas como a criação industrial opera negando o que faz uma galinha ser o que é. Ou seja, não foi feita uma separação entre o conhecimento considerado técnico, como alimentação ou prevenção de doenças, daquele considerado político, como as respostas aos problemas dadas pela criação industrial e como estas diferem das práticas agroecológicas.

Na AMESOL as mulheres começaram a fazer as conexões entre os debates e a realidade dentro de suas casas ou nos espaços de participação que atuam. Elas tiveram iniciativas de solicitar a presença de mulheres em espaços de coordenação, a responder quando maridos e namorados que dizem que elas não trabalham, ressaltando o fato

de que a produção delas é dentro de casa, ao mesmo tempo em que adquirir a matéria prima e comercializar implicam em longas distâncias em transportes públicos.

Também não foi feita uma separação entre a análise e a prática. A natureza é diversa, várias plantas e animais convivem em um mesmo espaço. A agricultura se aproxima desta diversidade nos quintais e hortas coletivas das mulheres. Agricultoras urbanas representaram com massinha de modelar o desenho de suas hortas misturando variadas plantas. A representação lhes motivou a conhecer cada horta *in loco*. Os intercâmbios continuaram e em cada um houve troca de sementes e mudas, o que permitiu o aumento da diversidade nos quintais e hortas das participantes.

Em suma, a experiência vivida integra diferentes dimensões e os conceitos alcançam esta complexidade quanto mais se aproximam da vida.

A AUTONOMIA SE FORTALECE POR MEIO DE HABILIDADES CONSTRUÍDAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

As atividades de formação combinaram momentos de autopercepção, autorreflexão com momentos de reflexão em duplas, trios e grupos maiores. Em todos estes momentos estava posto o convite à observação, à escuta ativa, de modo que a compreensão do problema vivido e das soluções possíveis fosse internalizada. Na realidade das mulheres é comum encontrar exemplos de capacitações que são externas a elas. Um gru-

po de agricultoras levou 12 meses para usar uma picadora de legumes e verduras que havia recebido de um projeto. Agricultoras também relataram como são desestimuladas a utilizarem equipamentos que diminuem a penosidade do trabalho como motosserra e roçadeira. Em contraponto, uma agricultora relatou que depois de haver participado de uma atividade de formação sobre feminismo voltou para casa e, ao invés de pedir ao marido, ela própria ligou o transformador de eletricidade.

Há uma dimensão que é o entendimento racional dos mecanismos patriarcais que criam falsas dependências. Por exemplo: as mulheres são frágeis, não entendem de máquinas, dentre outros preconceitos muitas vezes verbalizados. Há também o reconhecimento de que as análises realizadas pelas mulheres são válidas e devem ser tomadas em conta. A demanda para formação em saneamento por meio de fossas biodigestoras partiu da percepção das mulheres de alta incidência de diarreias nas crianças da comunidade. Elas também consideraram a relação de confiança com os grupos de consumo que esperam comprar produtos não contaminados. Ao estabelecer o vínculo entre as duas pontas, participantes dos grupos de consumo se envolveram nos mutirões e compartilharam técnicas de permacultura. As mulheres envolvidas na construção puderam entender o que devia ser observado e consertado sem esperar a presença das técnicas.

A dimensão da autonomia e da autopercepção também surgiu em reflexões sobre a medicalização de estados emocionais, fases da vida e do controle da reprodução. A depressão atinge muitas mulheres, urbanas

e rurais, que participaram das atividades de formação ou são companheiras delas. A depressão pode tornar-se um impedimento para que as mulheres se envolvam nos empreendimentos, mas também, a vivência compartilhada nos empreendimentos pode ser uma saída da depressão. “Pegar na enxada e trabalhar” é um indicador de que “a companheira está bem e não está triste”.

AS SAÍDAS SÃO COLETIVAS E A CONSTRUÇÃO DAS SAÍDAS TAMBÉM O SÃO

A construção de uma representação coletiva pelo grupo pode favorecer maior tomada de consciência de conflitos latentes e possibilidades. A materialização pode se dar por um desenho coletivo, uma colagem com imagens de revistas, montagem com objetos ou com pequenos papéis coloridos. Estes últimos foram usados na avaliação de uma etapa do curso de formação, organizado com as mulheres da AMESOL e do Vale do Ribeira.

“Enquanto íamos fazendo o desenho, as fichas iam caindo do que foi acontecendo, o que fomos aprendendo, como evoluímos”. “Conforme a gente ia pegando os papeizinhos, a colega dava uma ideia, a gente ia formando o desenho e outra colega dava outra ideia. A dinâmica só é feita entre todas, cada colega dando uma ideia.” “No começo os papeizinhos não eram nada, era difícil pensar que iam dar em alguma imagem, mas daí foi virando”.

A elaboração da trajetória pessoal de cada uma – limites e potencialidades – se dá no diálogo com a experiência da outra, que já é ou vai se tornando companheira. A partir das perguntas: como foi fazer este exercício? Foi fácil ou difícil?, possibilitou que o exercício do trabalho em grupos e a reflexão sobre o fazer juntos ampliasse o aprendizado. Em uma atividade de formação, durante uma colagem, um dos grupos não funcionou devido a diferenças de ritmo de cada uma. Diante de uma primeira hesitação das demais participantes, uma delas começou a colagem e foi continuando, o que causou desconforto nas demais. A vivência do grupo foi compartilhada e foi sendo elaborada pelo grupo ao longo da atividade. A questão das diferenças de ritmo começou a ser tratada a partir da experiência de cada uma. A participante que estava mais acelerada compreendeu que ir fazendo, sem esperar pelas demais, era a forma como ela tinha conseguido superar os entraves que a vida lhe colocava, desde as imposições do pai, depois do marido, e depois que havia se separado. “Eu conto comigo e me basta”. Sem entrar numa dinâmica do que é certo ou errado, foi sendo discutido como era possível estabelecer um funcionamento que acolhesse a todas.

A partir de uma questão aparentemente individual, se abriram reflexões sobre a socialização de gênero e como reagimos às representações de mulheres como passivas, algumas vezes sendo muito ativas ou aceleradas. Também permitiu uma reflexão crítica sobre a ideia de “empreendedorismo”, muitas vezes associado à qualidade ou esforços individuais e opostos à cooperação. Como se fazer sozinha fosse mais rápido e

desse menos dor de cabeça do que fazer em conjunto.

No entanto, o processo de funcionamento das redes foi acontecendo e sendo refletido de modo que as ações conjuntas potencializassem a todas e a cada uma. Por exemplo, a comercialização conjunta em feiras onde algumas vendem os produtos de todas fez com que o volume de vendas de todas e de cada uma aumentasse potencialmente. E para que isto funcionasse bem, foi necessário que todas conhecessem o produto de cada uma. Ainda que a costura e o artesanato tivessem características e demandas habilidades muito próprias de cada uma, o sentido comum da comercialização foi sendo tecido.

Entender-se parte de uma caminhada conjunta e o resgate da memória do processo também foi objeto das atividades de formação, seja para construir uma visão comum da história, seja para integrar as que chegavam. A trajetória coletiva foi resgatada e processada por meio de linha do tempo, espiral de fotos e frases de momentos marcantes, a construção conjunta da história coletiva. Neste resgate foram marcados os pontos de ligação e de tensão, as diferentes experiências e posições, os acordos de funcionamento coletivo e o permanente revisão-ajuste-aperfeiçoamento da atuação em rede.

SUPERANDO A SOBRECARGA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA SEXISTA

Questões que limitam a participação das mulheres e afeta a dinâmica dos grupos,

como a sobrecarga de trabalho dada a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, e a violência sexista, permearam quase todos os momentos de formação. Estas questões emergiram porque a formação aconteceu em um espaço de confiança entre mulheres e com uma abordagem feminista, possibilidades que várias mulheres dos empreendimentos só encontraram nestes espaços. Em muitos casos, capacitações sobre autonomia econômica se limitam à procura do que as mulheres devem fazer para ter seu próprio recurso, ou seja, a autonomia financeira. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar. O acesso aos mercados e a renda é parte necessária para que as mulheres tenham autonomia econômica. Mas a autonomia econômica vai além, e envolve também o direito garantido aos serviços públicos – como saúde e educação – e a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos, e de colocar em prática essas decisões. As participantes das atividades de formação compartilharam muitas informações sobre a divisão dos tempos dos trabalhos que geram renda e os trabalhos domésticos, e sobre como os trabalhos dos cuidados também tomam o tempo e a preocupação das mulheres. Essas questões são tratadas em maior profundidade, no caso das mulheres da AMESOL, no primeiro capítulo da Parte II, da presente publicação.

A dinâmica do relógio é bastante utilizada pelo movimento feminista. Em grupos, as mulheres são convidadas a descreverem sua jornada desde a hora que se levantam

até a hora que vão dormir: que atividades realizam e quanto tempo levam; e também a estimar os tempos de atividades de seus companheiros ou algum homem com quem convivam. Avançamos um passo a mais na reflexão sobre os tempos organizando-os conforme a proposta da pesquisadora chilena Cristina Carrasco. (SOF, 2014, p.24)².- Tempo de trabalho de mercado: Tempo destinado a atividades de produção de mercadorias ou serviços, as atividades podem ser remuneradas ou não como o trabalho no comércio familiar ou na produção rural para autoconsumo. Aqui também se considera o tempo gasto no transporte para ir ao trabalho e voltar.



A organização da jornada nesta proposta de divisão do tempo já permite uma primeira reflexão. Muitas vezes não consideramos o tempo de lazer e quando queremos acrescentá-lo percebemos que é necessário um dia com mais de 24 horas. Percebe-se também que muitas atividades que consideramos lazer têm uma dimensão de cuidado dos outros. Além disso, se percebe que muitas vezes o trabalho para o mercado é o centro, e a jornada se organiza a partir dele. A suposta autonomia das mulheres dos empreendimentos para organizar seu tempo, já que não cumprem uma jornada definida, muitas vezes se transforma em maior demanda para o trabalho de cuidado. Os usos diferentes do tempo por mulheres e homens remetem a forma como o trabalho se organiza em nossa sociedade por meio de uma divisão sexual. Os trabalhos que produzem bens e mercadorias são separados e mais valorizados do que aqueles que (re)produzem as pessoas e a natureza. Enquanto os trabalhos considerados produtivos são tidos como responsabilidade dos homens, aqueles que reproduzem a vida são considerados responsabilidade das mulheres.

- Tempo de trabalho doméstico e de cuidados: Tempo destinado às atividades de limpeza, cozinha, administração da casa e cuidado das pessoas da família e de animais domésticos.

- Tempo de necessidades pessoais: Tempo dedicado a dormir, comer, cuidar da higiene pessoal.

- Tempo de participação cidadã: Tempo destinado a atividades que promovem nosso crescimento pessoal como estudo, participação política e trabalhos voluntários.

- Tempo de ócio, tempo livre: Tempo dedicado a atividades que fazemos para nos divertir, descansar ou mesmo quando não fazemos nada.

O debate sobre os usos do tempo também remeteu a modelos de família. O modelo de família patriarcal é heteronormativo (que tem como regra certa a relação entre homem e mulher) e considera que as mulheres devem organizar seu tempo para responder mais do que as necessidades, as vontades dos homens, inclusive adultos e em plena capacidade. Para que as mulheres possam se dedicar ao empreendimento é preciso abrir um tempo em sua vida reorganizando as responsabilidades pelo cuidado da casa e das pessoas que convivem. No caso das agricultoras, esta reflexão também envolveu os destinos da produção por elas realizada: venda, autoconsumo, doação e troca, reconhecimento do valor econômico de produtos que não circulam no mercado em troca de dinheiro, mas também buscando um equilíbrio entre os diferentes destinos de produção.

As imposições sobre os tempos e as maneiras de viver das mulheres se dão por meio de mecanismos de sedução e violência. A violência sexista é a violência praticada contra as mulheres pelo fato de serem mulheres. É usada como uma ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, institui-

ções patriarcais e Estados. A violência contra as mulheres atinge a todas, pois todas já tivemos medo, mudamos nosso comportamento, limitamos nossas opções pela ameaça da violência. Apesar de ser mais comum na esfera privada, como violência doméstica – seja esta sexual, física, psicológica ou abuso sexual – a violência contra as mulheres e meninas ocorre também na esfera pública. Nas atividades de formação, as mulheres relataram várias situações de violência e situações em que se sentiram em risco. O tema foi trabalhado buscando entender as razões estruturais da violência, as formas de preveni-la, de acolher as mulheres que viveram ou vivem agressões nos empreendimentos, de modo que se fortaleçam e encontrem saídas para uma vida livre de violência.

SOMOS PARTE DA HISTÓRIA: REESCREVENDO A HISTÓRIA A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE CADA UMA

A economia solidária foi trabalhada nas atividades de formação não somente a partir de seus princípios, mas como estes foram sendo construídos de maneira paralela e em diálogo por movimentos sociais e pelo poder público. Pode-se ter uma visão do surgimento da economia solidária a partir das experiências de fábricas recuperadas na década de 1990, quando o Brasil estava inserido em contexto de crise econômica e desemprego. A partir dessas experiências foi se moldando o conceito de economia solidária que depois se insti-



tucionalizou, tanto no âmbito municipal com a criação de incubadoras, centros públicos de economia solidária, políticas de crédito solidário e criação de espaços de comercialização, quanto em âmbito nacional com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Essencial para esse processo foi a organização de trabalhadores e trabalhadoras e das agências de fomento como movimento social e em Fóruns. Os Fóruns de Economia Solidária têm em sua composição de 50% de empreendimentos, 25% das agências de fomento e representação e 25% de gestores públicos. Algumas das participantes das atividades de formação já estavam mobilizadas há alguns anos em empreendimentos ou movimentos sociais e tiveram uma participação ativa neste processo. Elas contribuíram com relatos de experiências e reflexões sobre a construção das primeiras políticas públicas e suas transformações ao longo do tempo e da troca das gestões públicas. Outras conheceram a economia solidária por processos desencadeados pela SOF e pela Rede de Economia Feminista e Solidária, e posteriormente, pela AMESOL.

A reflexão tratou, portanto de situar a economia solidária enquanto identidade política de movimento social e também política pública no Brasil em contextos, processos, debates entre diferentes visões e acordos possíveis. A partir deste debate, as mulheres puderam refletir sobre suas próprias realidades e sobre como continuarão



se organizando dentro do cenário político e econômico atual.

A CONSTRUÇÃO CONJUNTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os cursos sobre políticas públicas de fortalecimento da economia solidária tiveram como propósito qualificar a participação das mulheres em conselhos e sua relação com o poder público. Quando as demandas são apresentadas de forma organizada, a relação com o poder público não se dá de forma clientelista, em que a resposta às demandas é apresentada como uma dívida eleitoral. Nos cursos foram trabalhados exemplos concretos como processos de negociação dos espaços e organização das feiras. Foram apresentadas as políticas existentes em âmbito nacional e em alguns municípios, e também foi debatido como elas funcionam.

As políticas de incubação e comercialização são muito importantes para os empreendimentos, porém estas são des-

contínuas e correm o risco de serem descharacterizadas. Quando as políticas públicas têm continuidade elas têm a vantagem de dirigir-se a um público mais amplo do que aquele previamente organizado, o que cria um ambiente social favorável a outras formas de organizar o trabalho e o acesso à renda. Por outro lado, elas têm lógicas e tempos próprios que podem delimitar e demarcar o que devem ser as ações dos grupos produtivos de mulheres. Essas políticas municipais de economia solidária estiveram presentes na vida das mulheres da AMESOL (em São Paulo, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo), mas não houve políticas desta natureza no Vale do Ribeira. Lá, as primeiras iniciativas de acompanhamento dos grupos foi o projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural voltado para mulheres, executado pela SOF desde 2015, e que trouxe a agroecologia como proposta de discussão e construção da economia solidária feminista.

Em um dos cursos foram feitos exercícios concretos de como aceder a políticas por meio de chamadas públicas como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em outros, foi feito o exercício de construir normativas legais e planos. Foi feita a análise da minuta de decreto proposta pelo Fórum Paulista de Economia Solidária para regulamentar Lei Estadual nº 14.651, de 15 de dezembro de 2011, que cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no estado de São Paulo e a construção de propostas para o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município de São Paulo (ver

mais na seção “Processos de aliança política: inserção política e construção de movimentos sociais”).

ESTRUTURA DE UMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO

As atividades de formação se iniciam com um **aquecimento** que pode ser específico ou não. Ele é específico quando busca introduzir o conteúdo que será trabalhado. O aquecimento tem como papel geral eliminar o campo tenso, como se chama no psicodrama. Ou seja, trazer as pessoas para a atividade. Cada pessoa chega ao grupo trazendo os elementos, pensamentos, sensações de situações anteriores. Com o aquecimento, busca-se que se voltem e se concentrem para a atividade. Além disso, permite que a pessoa se auto reconheça e reconheça os/as outros/as. No caso do primeiro dia de uma assessoria ou atividade de formação, buscamos uma dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas que cumpra esse papel. Somente após esse momento apresentamos o programa, e nós mesmas. Consideramos que isso é extremamente importante, ou seja, a primeira coisa é o grupo se colocar.

O aquecimento pode ter uma abordagem corporal. Os trabalhos corporais devem seguir uma sequência em que seja trabalhada desde a relação da pessoa com o próprio corpo e, depois, a relação entre as diferentes pessoas. Isso quer dizer que nunca comecemos por uma atividade de massagem em dupla ou em grupo e, sim, por uma automassagem.

Desenvolvimento do tema: sempre iniciamos com uma dinâmica com o objetivo de trazer o tema, ou seja, a percepção do grupo sobre o tema e, também, seu conhecimento anterior. Em geral, utilizamos técnicas chamadas projetivas, que auxiliam também a perceber a dinâmica do grupo, as representações e resistências, bem como a dimensão subjetiva. Quando o grupo termina a apresentação, antes de entrar no debate do conteúdo, fazemos a pergunta de como se sentiram realizando tal dinâmica. O sentido dessa pergunta é iniciar o que, em psicodrama, se chama processamento, que é aprofundar sobre os sentimentos, estereótipos, possíveis conflitos e resistências. Por isso é importante ter tempo para esse momento. Ainda como parte desse momento abre-se para comentários sobre o

conteúdo trazido: o que apareceu de igual e diferente entre os grupos ou pessoas e as opiniões e dúvidas em geral.

Logo em seguida, se faz a sistematização a partir de uma exposição que dialoga com os conteúdos levantados pelo grupo a partir da dinâmica. Abre-se mais uma rodada de questões e depois um fechamento.

Por fim, utilizamos uma dinâmica para a **avaliação**. E, mais uma vez, perguntamos como se sentiram fazendo a dinâmica e depois a discussão dos conteúdos.

A utilização dos jogos dramáticos é muito importante para que o grupo utilize de outras linguagens, além da oral, e contribui para que se possam perceber as projeções, explora o lúdico e contribui para o exercício da criatividade.

PARTINDO DAS DEMANDAS CONCRETAS

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO

A construção de feiras e mostras de economia feminista e solidária foram um exercício pedagógico, impulsionado pela implementação do projeto coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a SOF. Este capítulo apresenta algumas reflexões metodológicas sobre construção de espaços de comercialização pelos empreendimentos de economia solidária e feminista. Mais adiante, na Parte 2 desta publicação, serão aprofundadas, complementarmente, algumas questões relativas à dinâmica da AMESOL e a construção dos mercados e espaços públicos, a partir dos depoimentos coletados das associadas da AMESOL no processo de pesquisa.

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA DA AMESOL

A AMESOL é composta por mulheres do município de São Paulo e de várias cidades do entorno na região metropolitana. A distância que implica em tempo e em recursos para o deslocamento, como veremos mais adiante na seção “Empreendendo desde a periferia” da Parte II, sempre foram fatores que dificultaram a articulação da Associação e, também, um determinante no ritmo da construção da AMESOL, ou seja, na or-

ganização das mulheres, na construção de um sujeito coletivo e na execução de tarefas e atividades que incluem encontros para a formação, comercialização e participação em eventos.

Uma parte das mulheres chegou à AMESOL trazendo experiências na economia solidária, sejam nos Fóruns, na execução de políticas públicas municipais e nacional, além dos próprios grupos locais, células base da economia solidária. Uma parte, porém, se aproximou da AMESOL pela própria construção da Associação, visitando as feiras de economia solidária e feminista, os eventos de economia solidária e, também, por meio das redes sociais.

As mulheres que vieram de processos constituídos de políticas públicas de economia solidária municipal trouxeram forte carga de formação com vivência em centros públicos, cursos, experiências em grandes eventos etc. Isso possibilitou uma base concreta de troca de experiências e conhecimentos que permitiram avançar na construção e na formação das que chegavam, ainda que os tempos não necessariamente fossem os mais adequados. As próprias mulheres da AMESOL foram disseminando os conceitos de economia solidária e feminista costurados pelos processos de formação implementados com o projeto “Economia Feminista e Solidária: ações para o fortale-

cimento da autonomia econômica das mulheres", coordenado pela UFScar.

Foram compartilhadas as marcas de processos nos quais as prefeituras enfrentavam, como o desafio de implantar ou abrir uma brecha para outra política econômica, o de ter orçamento para essa política, de garantir gestores/as capacitadas. As mulheres enfrentavam desafios que vinham da ausência de marcos legais e jurídicos para economia solidária em todas as esferas (municipal, estadual e federal), além de muitas barreiras impostas pela formalidade, as quais são pensadas para empresas e não para empreendimentos econômicos solidários. Essas marcas vinham carregadas de desconfiança por se sentirem ludibriadas por disputas de pontos de vendas onde alguns grupos se sentiam preteridos, por longos processos de formação e planejamento que não necessariamente culminavam em geração de renda concreta, uma demanda sempre urgente para esse público.

Para as que estavam chegando, as marcas eram outras. Eram aquelas que reforçam ideias de empreendedorismo individual e, portanto, do sucesso pessoal. Os desdobramentos desse pensamento foram na contramão do que é entendido na AMESOL por economia solidária.

No entanto, um laço importante manteve essas mulheres unidas. A proposta de ser uma forma diferente de produzir, de se relacionar e de comercializar, onde a disputa fica distante e a colaboração é parte do processo que encanta muitas mulheres que decidem trilhar os caminhos da economia solidária.

O feminismo também não era um elemento presente na vida de todas. Ideias

distorcidas do que seria a prática feminista, receio e certa resistência estavam ali misturados nas falas, atitudes, assim como gestos solidários e práticas feministas eram vivenciados, ainda que não recebessem esse nome.

Muitos desafios saltaram para a construção desses espaços de exposição e comercialização. Dificuldade em se reunir com mais frequência dada à distância entre os empreendimentos. Pouca experiência em construir juntas. A resistência de algumas em assumir responsabilidades coletivas. Um grupo fragmentado, unidas até então pelo desejo e decisão de formar uma organização capaz de olhar para a realidade específica delas próprias enquanto mulheres e produtoras. Fomos, então, construindo esses espaços de economia feminista e solidária, passo a passo, na medida em que íamos planejando, executando e avaliando as feiras e mostras, localizando práticas feministas e solidárias em cada passo.

A FEIRA NOSSA DE CADA MÊS, A RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Desde o final de 2013, a AMESOL, de forma esporádica vem desenvolvendo feiras. A partir do final de 2017, as feiras passaram a ser mensais e foram realizadas em parceria com o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, um espaço gerido pela Secretaria Municipal de Saúde, e dedicado a geração de renda de usuários da saúde mental.

Na AMESOL existe um pensamento comum de que as feiras devem ser um espaço

do qual as pessoas saíam sensibilizadas para o que é uma economia feminista e solidária, o que demanda a ação coletiva de conversar com as/os consumidoras/es. Ao construir esses espaços, as mulheres exercem também a tarefa de educadoras. Para isso, as estratégias criadas foram muitas: ter caixa único, apresentações culturais, rodas de conversa e oficinas durante as feiras. Uma pretensão que ainda não conseguimos concretizar é ter espaços de acolhimento para crianças, tanto pensando nas famílias consumidoras, como nas próprias mulheres expositoras que são mães e avós.

Respeitar os processos e a compreensão das mulheres sobre cada passo que fomos dando rumo à construção de cada feira foi o método para que cada uma fosse assumindo a responsabilidade no planejamento e execução das feiras. Pensar o processo inteiro em conjunto e distribuir as tarefas foi o mecanismo utilizado para que todas entendessem que aquela era uma ação coletiva, e que na AMESOL não havia uma coordenadora responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da atividade. Evidentemente, o assumir das mulheres foi gradativo e após alguns anos ainda continua sendo um desafio.

Qual espaço cada empreendimento terá? Onde vai ficar? Que tipo de tenda seria o mais adequado? Mesas? Pranchões? E a decoração da feira será coletiva? Qual programação terá? E o caixa como será organizado, cada uma vende o seu? E as que não têm máquina de cartão? Essas e inúmeras outras perguntas foram sendo respondidas a cada evento realizado.

Percebemos alguns sinais de que o pensamento das participantes foi se alterando.

De princípio, ordenar o lugar onde cada empreendimento ia ficar na feira esbarrava em falas como “eu não quero esse lugar porque ele é ruim”; “vou chegar mais cedo pra ficar num lugar melhor”; “não gosto ou não quero ficar perto dessa ou daquela pessoa”. Para solucionar isso, as mulheres da AMESOL começaram a se organizar por comissões de trabalho. A que define o local onde cada empreendimento vai ficar chama-se de comissão de infraestrutura. Essa comissão tem a tarefas de acomodar, no espaço existente, lugares adequados para exposição de materiais que usam araras, cabides, peças pequenas como brincos e anéis, objetos grandes, cestarias, etc, levando em consideração mulheres com deficiência, com mobilidade reduzida, seja pela idade, seja pela obesidade.

A comissão sugeriu não setorizar a feira, mas mesclar as mulheres, colocar justamente as mulheres que ainda não se conheciam para dividir um mesmo pranchão, e assim, possibilitar que elas pudessem se conhecer, trocar experiências e se aproximar. As primeiras experiências causaram incômodos, resistências, mas na segunda ou terceira vez a postura já havia mudado. Quando elas chegavam com seus materiais com carrinhos de feira e sacolas, a comissão indicava “você está aqui ou ali”, a resposta era um “tá bem, ok”.

Outras comissões foram criadas no mesmo movimento de ir responsabilizando todas pelo conjunto de atividades de preparação e execução das feiras. O debate sobre as finanças talvez tenha sido o que mais teve desdobramentos. Durante a preparação de uma das feiras realizadas durante uma Vira-da Feminista organizada pela SOF, as mu-

lheres da AMESOL se colocaram o desafio de ter um caixa único. "Qual a função disso?" foi a pergunta de várias.

A reflexão foi qualificada em torno desse assunto. Possibilitar que todas tenham acesso ao recebimento em cartão sem que cada uma individualmente tenha que adquirir uma máquina de cartão. Se tivermos várias máquinas, muitas têm que comprar ou pagar aluguel das mesmas, serão oneradas por taxas que variam de uma operadora para outra, sendo algumas abusivas. Possibilitar que o recurso movimentado pela feira não fique nas mãos que banqueiros, e sim, nas de quem produziu, essa é a lógica. Dar conforto as vendedoras e as consumidoras que não precisam correr atrás de troco e podem fazer compras maiores, tendo a possibilidade do pagamento no cartão. Dar tranquilidade no atendimento, não ficar divididas entre receber o pagamento de uma compra ao mesmo tempo em que outra pessoa se aproxima para apreciar os produtos. Esses foram os argumentos para que a AMESOL adotasse o caixa único em suas ações, reforçando a ideia de que aquela era uma ação coletiva. Hoje elas falam que, na AMESOL, o caixa único é um dos "representantes da economia solidária", indispensável nas feiras que organizam.

No entanto, o caixa único exige um grau de organização da equipe de finanças, pois necessita estar disponível durante todo o dia da feira no caixa, sem vender seus próprios



produtos; ter um mecanismo de fichas capaz de organizar as vendas e, posteriormente, o recebimento pelos produtos vendidos (fichas de caixa); despender de tempo após a feira para separar as fichas, fazer planilhas, receber o dinheiro e dividi-lo, conforme a venda de cada grupo. Tudo isto significa muito trabalho.

A AMESOL já tinha estabelecido que cada associada pagaria uma contribuição mensal de R\$ 5,00 por pessoa, e uma porcentagem de 5% em cima das vendas. A porcentagem em cima das vendas era difícil de recolher, assim a opção foi que a taxa seria descontada no acerto de cada venda, e a contribuição pessoal seria feita em outros momentos, como reuniões ou atividades de formação. Todas se tranquilizaram com isso, o que demonstrou também confiança entre o conjunto da AMESOL e a comissão.

A confiança foi se consolidando e a relação entre as mulheres foi se tranquilizando, pois haviam os mecanismos de controle e transparência da equipe no trato com os recursos. A cada feira ou evento a comissão divulgava as planilhas de vendas e, no mo-

mento seguinte, era feito o acerto do dinheiro.

Outro elemento interessante que emergiu nesse processo foi a possibilidade de olhar, sem censuras, para os ganhos de cada empreendimento. Detectamos que vários tinham vendas baixíssimas, enquanto outros, ao contrário, vendiam muito bem. A preocupação com os baixos ganhos tem levado as mulheres da AMESOL a olhar para os produtos de todas, para a apresentação deles nas feiras, pensando e buscando alternativas para mudar essa realidade.

Ainda no campo do amadurecimento de comercializar juntas na feira, a AMESOL tem sido convidada a expor em eventos, muitas vezes com espaço bastante reduzido. Em um desses momentos, na Feira da Reforma Agrária realizada em 2018, que durou 5 dias, a AMESOL teve uma banca de alimentos e uma de artesanato. Na banca de alimentos foram 5 grupos que iniciaram querendo cada um vender o seu produto, e terminaram fazendo coletivamente uma alimentação vegana. O desafio foi fazer o acerto das sobras, pensando juntas em qual método seria o melhor: por horas trabalhadas? Por participação efetiva e não só “de corpo presente”?

Na banca de artesanato o desafio foi conciliar aos 25 empreendimentos em um metro e meio de espaço com produtos que iam de cosméticos naturais que não podiam tomar sol, objetos de papel que não podiam tomar chuva, cestarias grandes com objetos muito pequenos, isso tudo de forma harmoniosa sem que parecesse a “banca do saldão”. Os desafios foram: ter uma escala de trabalho justa, fechar o caixa a cada dia, manter a ordem da mesa mesmo mudando

as pessoas que primeiro organizaram ela. Garantir que tudo funcionaria do início ao fim. Fazer o acerto dos produtos.

Baseados nessas experiências de caixa único, revelou-se um baixo ganho de vários empreendimentos, e na venda coletiva de produtos em alguns eventos, as mulheres da AMESOL decidiram por fazer dois processos:

1. Oficinas críticas dos produtos ou de sua viabilidade. Elas consistem na apresentação dos produtos por quem faz, explicando as técnicas, a matéria prima, os cuidados, recebendo opinião sobre a apresentação, a viabilidade econômica de cada produto, precificação, entre outros. Essas oficinas têm ajudado a pensar: “Será que esse produto é viável? Ele é viável para esse público?”.

Os encontros possibilitaram que todas se sentissem mais seguras para vender o produto que outra produziu. De questionar e sugerir coisas em relação à apresentação/ exposição, valor, acabamentos. Abriu possibilidades para que houvesse a troca de matérias primas, de sobras, otimizando a produção. O que sobra em um produto pode ser utilizado em outro. Conhecendo a produção da outra foi possível propor que redes e cadeias se estabelecessem, a partir da prática e levando em consideração as distâncias de moradia, as dinâmicas de vida e limites na aquisição coletiva da matéria prima, por exemplo.

2. A elaboração de um texto explicando o que é economia solidária e feminista. Os desdobramentos das atividades de comercialização geram iniciativas em várias áreas, especialmente na comunicação. “Ninguém pede desconto na Renner mesmo que a peça

custe mais de cem reais, porque aqui na minha que custa 18 pedem?”. Com esse questionamento, as mulheres refletiram que a AMESOL deveria ter uma ação educativa, capaz de valorizar o produto artesanal e questionar o modelo capitalista que retira sua matéria prima, produz em um continente para vender em outro, com impactos ambientais terríveis e uma exploração da força de trabalho brutal.

Dessas reflexões nasceu um pequeno texto explicativo do que é a economia solidária e feminista, que foi distribuído nas feiras. Com a preocupação de não gerar mais resíduos aliados à falta de recursos para impressões, as ações da AMESOL foram reforçadas nas redes virtuais onde mantém e é alimentada de conteúdos feministas e de economia solidária, apresentando os empreendimentos, os produtos e as sujeitas da história: as mulheres.

A equipe é também responsável por animar as feiras com conteúdos de interesse do público e das próprias produtoras, como apresentações culturais e rodas de conversa de temas variados como o sistema político, eleições, aposentadoria, saúde da mulher, posturas e consciência corporal, uso de plantas não convencionais (PANCs) na alimentação, *dreads*, cosméticos artesanais, dentre outras. A criação desses espaços proporcionam a troca de saberes e técnicas.

Nas primeiras feiras contamos com 20 grupos, e hoje passam de 40 empreendimentos solidários expondo a cada mês. Isso envolve diretamente cerca de 70 trabalhadoras e mais um grupo de apoio de 5 a 10 pessoas a cada feira. Existe o interesse de muitas mulheres em participar da AMESOL e, diante dessa boa impressão, outra comis-

são foi criada, a de acolhimento, que tem o papel de inserir as mulheres nos primeiros debates da economia solidária, explicar a movimentação nas reuniões para que elas se integrem de forma segura e tranquila.

AS EXPERIÊNCIAS NA COMERCIALIZAÇÃO DAS MULHERES DO VALE DO RIBEIRA

Agricultoras do Vale do Ribeira participaram de algumas edições das feiras da AMESOL. Mulheres com algum vínculo em São Paulo ou com maior facilidade de deslocamento conseguiram estar em mais edições, como as mulheres da União de Mulheres da Economia Solidária de Peruíbe (UMPES). Agricultoras de Itaóca e Barra do Turvo só conseguiriam manter o vínculo com a feira através de parcerias com transporte da Prefeitura ou através do Projeto, pois o transporte público requer dois dias para deslocamento ou 10 horas de carro, trajeto de ida e volta entre o território e a cidade de São Paulo.

A participação dos grupos nas feiras foi um exercício importante para compreender formas autogestionadas no processo de organização para comercialização coletiva, desde a montagem, dos processos de decisão, do caixa único e conferência das vendas. Os desafios logísticos, a referência na organização de mulheres através da economia solidária e a necessidade de obter uma renda, impulsionaram iniciativas de participação e criação de feiras locais.

O grupo de mulheres de Peruíbe (UMPES), inspirado na experiência de orga-

nização da AMESOL, iniciou em março de 2018, alianças locais (prefeitura, instituições e outras organizações formais e informais) para realização de uma feira das mulheres na economia solidária de Peruíbe. Elas elegeram o dia 8 de março, data que celebra internacionalmente a luta e conquista das mulheres, para realizar uma mostra com rodas de conversa sobre o tema da economia solidária, agroecologia e violência contra a mulher. A partir destas alianças, o grupo se mantém interagindo com as atividades de feiras e organizando ações que envolvem a autonomia das mulheres. Atualmente, as mulheres estão organizadas em uma feira semanal no centro da cidade de Peruíbe e uma vez por mês, são realizadas atividades de formação com as mulheres envolvidas.

A União de Agricultoras Agroecológica de Itaoca (UAAI) é composta por um grupo de mulheres de Itaoca e faz parte de uma associação mista de comercialização de produtos agrícolas. Esta associação, até meados de 2017, estava com contratos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e não teve a possibilidade de continuidade após cortes governamentais no orçamento do programa. No ano de 2018, o grupo iniciou a participação em uma feira local e tem garantido o escoamento de parte de sua produção. O grupo afirma que participar de feiras locais e outros eventos, permitiu entender a dinâmica de organização dos produtos, preços e qualidade. Este grupo produz essencialmente para o autoconsumo e a proposta de vender o excedente da produção faz parte do desafio. As mulheres têm se organizado para manter a relação nos bairros, onde encontram seus principais consumidores. A região é muito prejudicada no pe-

ríodo das chuvas, e muitas/os agricultoras/es têm dificuldades de manter suas hortas. Parte do grupo de mulheres, através de algumas técnicas agroecológicas, como canteiros elevados e cobertura de superfície, tem conseguido manter uma produção mínima e comercializar parte dos produtos em um momento de escassa oferta. Atualmente, o grupo tem se aprimorado no processamento de folhas, raízes e frutas para vender na feira local com o objetivo de agregar valor e vislumbrando a venda de produtos perecíveis para outros circuitos de comercialização.

As agricultoras de Barra do Turvo, desde outubro de 2016, comercializam junto a uma rede solidária de comercialização e vem se consolidando através da atuação comprometida e responsável de consumidoras/es em São Paulo e da região metropolitana (Diadema, Santo André e Taboão da Serra) e acompanhamento técnico junto as agricultoras. O acompanhamento a essa rede é de aprendizado contínuo, desde a cidade até a organização das agricultoras e quilombolas nas roças e nos espaços mensais de reuniões de formação.

A diversificação dos mercados, logística das entregas, articulação da parceria com a prefeitura, precificação em comum, ajustes e combinados operacionais estão sempre em pauta. Atualmente, 34 mulheres compõem 6 grupos e 2 empreendimentos de quilombolas e/ou agricultoras familiares de Barra do Turvo. A maior parte das unidades de produção ainda não possuem certificação de orgânicos, o que nos impulsiona a construção de vínculos mais próximos com as/os consumidoras/es, através de relações de confiança e reciprocidade, e em seus

territórios, estando em grupos e realizando mutirões para que todas, de alguma forma, acompanhem as técnicas agroecológicas de produção das demais.

Há um excedente na produção de alimentos agroecológicos e agroflorestais, e estar em grupos é uma forma de organizar a comercialização e distribuição dos alimentos que, dessa forma, torna-se viável um frete mensal para São Paulo.

O grande corte no orçamento do PAA, programa responsável pelo escoamento e renda de muitas famílias de Barra do Turvo, forçaram mulheres e jovens a procurar outras formas de ganhar a vida nas cidades. A principal forma de escoamento de produtos era para o PAA, e poucas mulheres se dedicavam a fazer feiras locais ou em cidades vizinhas. As feiras na cidade de Barra do Turvo pouco valorizam ou diferenciam a produção agroecológica. Juntando a realidade de ampliar a comercialização ao desafio das distâncias para entregas em São Paulo, trouxe a necessidade de se pensar circuitos curtos.

Junto a companheiras atuantes no movimento da Economia Solidária, surge, no início de 2017, a iniciativa de formar um grupo de consumidores conscientes em Registro, que recebesse entregas, inicialmente, mensais das agricultoras de Barra do Turvo e de outros municípios próximos. A experiência das entregas de pedidos funcionaram por 3 meses, mas o trabalho operacional envolvido sobrecarregava o coletivo gestor de consumidoras/es que com o tempo foi se reformulando. Reforçando os vínculos

dos/as agricultores/as da região com as consumidoras/es de Registro envolvidos desde o processo inicial de mobilização, em junho de 2018 se constituiu a Feira de Agroecologia e Economia Solidária de Registro que, atualmente, conta com edições quinzenais e a participação de agricultores/as e artesãs de Registro, Pariquera-Açú, Eldorado, Cananéia e Barra do Turvo.

Apesar da cultura das feiras semanais em Registro, identificavam-se pouquíssimos agricultores que tinham produção orgânica ou de base agroecológica. As feiras aos sábados são espaços de convivência e de conscientização que tem se construído com o apoio de amigos e parceiros da região que realizam atividades, atrações musicais, incentivo à leitura e troca de livros, rodas de conversa temáticas com temas diversos (economia feminista, agrotóxicos, agroecologia), práticas corporais e terapêuticas. A feira tem ganhado visibilidade no município e vem participando de eventos, rodas de conversa e feiras no Serviço Social do Comércio (SESC) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).



Fazer feira foi uma prática que trouxe muitas reflexões para as agricultoras de Barra do Turvo. Nas reuniões mensais das representantes dos grupos de agricultoras, sempre surgem avaliações e desdobramentos do aprendizado cotidiano. As agricultoras de Barra do Turvo, apesar da “proximidade” de Registro ainda gastam, aproximadamente, 2 horas de carro e 4 horas de ônibus até o ponto das feiras. Contam com apoio de consumidoras/es para deslocamento da rodoviária até o ponto de comercialização quando se deslocam de ônibus, apoio com montagem das estruturas e bancadas para expor os alimentos e venda pós-feiras dos excedentes através das redes sociais. Fazem um revezamento entre grupos de agricultoras que se utiliza do transporte cedido através da parceria com a Prefeitura uma vez por mês.

Geralmente, as duplas de agricultoras se organizam para as feiras no dia anterior reunindo a produção das mulheres do grupo. Acordos e combinados são sempre reforçados, como por exemplo, levar pacotes de alimentos já pesados, levar troco, balança, preço dos alimentos anotados nos pacotes (para a companheira mesmo que de outro grupo auxilie na venda). Um dos avanços do último semestre foi pensar o planejamento das entregas de São Paulo e a participação nas feiras conjuntamente, fazer a comunicação direta com a Prefeitura das datas e com as consumidoras envolvidas nas

feiras, tirando essa tarefa das técnicas de articulação ou intermediação. Através das datas tiradas com antecedência, as agricultoras passaram a se organizar de maneira autônoma e combinada para os dias que se deslocam de ônibus e dividindo os gastos de transporte com as demais companheiras. Alguns desafios que surgiram para a organização processual foram a precificação em comum a se combinar para as feiras de Registro e pensar formas de diminuir a utilização de plástico no transporte, assim como melhorar a exposição visual dos produtos nas bancas e a identidade visual dos produtos processados.

Dialogar sobre preço justo em sistemas agroecológicos de produção tão diversos é um grande desafio. As distâncias e tempos de percurso são muito diferentes entre os grupos de agricultoras, mesmo eles estando dentro de um mesmo município. Custos de produção, de deslocamento, o tempo contabilizado nas atividades que envolvem a gestão da comercialização nos grupos são desafios a lidar, bem como de superar a tendência de comparação com os preços de mercado que não falam sobre um valor real dos alimentos. Além de tudo, a pergunta, “para quem queremos comercializar?” é um questionamento que ecoa entre as agricultoras, para que os preços permitam a democratização do acesso, a todas, de alimentos sem veneno.

PROCESSOS DE ALIANÇA INSERÇÃO POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Uma dimensão importante na metodologia de fortalecimento das mulheres e seus empreendimentos solidários ao longo do projeto "Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres" foi favorecer processos de articulação e alianças com movimentos mistos e feministas. A aliança é construída em uma via de mão dupla. Por um lado, os movimentos de economia solidária e agroecológico podem enfrentar as desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens. Por outro, o movimento feminista pode aprender, com as reflexões e as práticas dos movimentos que constroem outras formas de fazer economia.

O Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES) é importante na vida da AMESOL, pois a Associação iniciou-se como um grupo de trabalho interno a ele. As mulheres de diversos empreendimentos sentiram a necessidade da auto-organização das mulheres da economia solidária, em particular, devido a pequena representação das mulheres nos espaços de direção do movimento e dos Fóruns, ainda que elas sejam o maior número nos pequenos empreendimentos. Esta percepção foi compartilhada com mulheres da economia solidária de outros estados, e processos semelhantes de auto-organização que se iniciaram no ano 2007 e na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em março de 2008, reafirmando

ser um espaço próprio de auto-organização das mulheres, reconhecendo e valorizando a participação delas enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns municipais, estaduais, regionais e nacional. Ver mais sobre a história da AMESOL na Parte 2, Capítulo 2.

As mulheres mantiveram-se atuantes no Fórum, participando de suas reuniões organizativas, propondo atividades, intervindo nos diversos temas debatidos a partir de um recorte de gênero e cuidando pela paridade nas suas composições. Um exemplo é a atuação na Plenária Estadual de São Carlos, realizada em novembro de 2017, que se expressa em formulações no documento final: "A economia solidária como movimento que se preocupa com o bem viver, deve incluir os trabalhos e as ocupações das mulheres, e também suas particularidades na construção de relações econômicas, políticas, e também familiares, horizontais, respeitosas e democráticas, construindo um bem viver que abarque a todos e todas. A Economia Solidária deve se pautar na igualdade de gênero, no interior dos empreendimentos e nos espaços familiares de seus membros, em espaços de discussão e deliberação política, promovendo a justa divisão dos trabalhos de cuidado, o reconhecimento da história social das mulheres para o desenvolvimento de nosso país, em especial, das iniciativas locais e comunitárias".

Outro momento importante foi a participação organizada na Audiência Pública Paul Singer sobre a Regulamentação da Lei de Economia Solidária do Estado de São Paulo nº 14.651, de 15/12/2011, que cria o Programa Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no estado de São Paulo (PEFES), que aconteceu no dia 20 de junho de 2018. As mulheres da AMESOL se reuniram para ler em conjunto o decreto antes de propor as seguintes alterações:

- A regulamentação do Banco do Povo Paulista, incluindo programas, planos e projetos que dialoguem com a realidade dos empreendimentos de Economia Solidária brasileiros;
- Referência a trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária que se relacionam ao sistema de saúde mental e sistema prisional;
- A explicitação das competências ligadas à educação profissionalizante de jovens e adultos e sua devida diferenciação com as competências das instâncias ligadas à economia solidária;
- A representação da sociedade civil no Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPE), sendo organizada por redes solidárias e não por entidades nominadas.

A AMESOL segue dialogando com o FOPES sobre o contexto atual, as novas relações de trabalho, o trabalho precário, ainda que regulado por tecnologias contem-

porâneas de informação e gestão, indústria 4.0 e a Reforma da Previdência, envolvendo parcerias com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A relação de parceira também acontece com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de São Paulo (ITCP-USP), desdobrando-se em debates, atividades de formação e de comercialização, com destaque para a Feira Agroecológica e Cultural de Mulheres do Butantã, na qual a AMESOL vem mantendo uma unidade de produtos alimentícios e unidade de produção artesanal. Esta experiência de comercialização conjunta tem contribuído para o conhecimento dos produtos de todas e trabalhar de forma autogestionada na sua comercialização.

A AMESOL e o Ponto de Cultura e Economia Solidária do Butantã vêm construindo uma sólida parceria desde o final de 2016, com diversas ações que contribuem para a visibilidade da AMESOL, principalmente na comercialização. O Ponto organiza e abriga fisicamente os empreendimentos Comedoria Quiririm, Orgânicos e Mudanças do Ponto, Livraria Louca Sabedoria, Ybyatã e loja Pê a Biru. Desde 2017 abriga as feiras mensais de economia feminista e solidária protagonizadas pela AMESOL (ver mais no Capítulo 2, da Parte II). No âmbito desta parceria se estabeleceu o diálogo com o movimento da saúde mental, a população local, o movimento de mulheres e militantes de diversas causas. Várias integrantes da AMESOL aprofundaram seu envolvimento com o Ponto de Economia Solidária Butantã participando do seu Conselho Gestor,

do grupo de artesanato, da horta orgânica e principalmente da Loja Pé a Biru, onde vários de seus produtos são comercializados.

As mulheres da AMESOL, também participam da Escola de Economia Solidária, proposta do professor Paul Singer, que realiza aulas mensais sobre os diversos eixos e princípios da economia solidária, articulando o conhecimento teórico-acadêmico e dos movimentos sociais na construção do saber e da autogestão dos espaços de atuação de cada participante. Em junho de 2017, a aula inaugural foi realizada pelo professor Singer, sendo sua última conferência pública. A Escola envolve diversos atores e atrizes da Economia Solidária em São Paulo e no Brasil, e aponta para a necessidade permanente de aprofundar o conhecimento sobre o tema. Logo em seguida, aconteceram várias aulas e seminários como a Economia Feminista, Economia Solidária, Autogestão nos movimentos sociais, dialogando diretamente com as necessidades dos empreendimentos da AMESOL e do Ponto e suas relações com os movimentos sociais e o território. Essa Escola tem suas aulas/palestras mensais com professores/as e representantes dos movimentos sociais que tem como meta a construção da Autogestão. As aulas têm uma média de 80 participantes e são disponibilizadas em vídeo na plataforma *Youtube*, tendo uma média de 200 a 500 visualizações. A aula de Autogestão e a Saúde Mental, por exemplo, levantou a necessidade de mais diálogo entre os movimentos de economia solidária e a luta antimanicomial, pois boa parte do público desconhecía as possibilidades do trabalho que vem sendo desenvolvido no Ponto, sua parceria com as mulheres da AMESOL e a importância da

Economia Solidária como instrumento de construção de geração de renda e autonomia econômica das mulheres.

A Articulação Nacional de Agroecologia é outro movimento aliado das mulheres envolvidas no projeto. Dentre as agricultoras do Vale do Ribeira que são acompanhadas pelo Projeto, 27 realizaram anotações sistemáticas na Caderneta Agroecológica. A Caderneta Agroecológica é um instrumento que dá visibilidade ao trabalho feito pelas mulheres nos quintais e roças, e ajuda a promover sua autonomia. Trata-se de um caderno simples, com quatro colunas que organizam as informações sobre o destino da produção, o que foi vendido, o que foi doado, o que foi trocado e o que foi consumido.

A proposta de registro, sistematização dos dados e análise foi feita pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e envolveu 299 agricultoras de 16 estados da federação, abrangendo 4 regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Representantes dos grupos de agricultoras do Vale do Ribeira participaram de seminários nacionais onde contribuíram com a análise da informação, que demonstrou a importância econômica da produção sob sua responsabilidade que não é vendida, e mesmo da produção que é vendida em pequenas quantidades e circuitos curtos. O registro nas Cadernetas demonstrou a variedade de produtos e a contribuição das mulheres para a segurança alimentar de suas famílias e comunidades.

O sentimento de fazer parte de um movimento de caráter nacional se deu de forma bastante forte durante o IV Encontro

Nacional de Agroecologia (ENA), que aconteceu em junho de 2018, em Belo Horizonte/MG. Durante o ENA, as agricultoras assumiram responsabilidades na plenária de mulheres, plenária quilombola, seminário sobre construção conjunta do conhecimento e da feira agroecológica. A participação de representantes da AMESOL na delegação paulista reforçou os vínculos entre o campo e a cidade e, ainda possibilitou ensaios de uma cadeia produtiva, com produtoras de cosméticos naturais e artesãs acessando ervas, fibras e sementes, diretamente das agricultoras.

Em relação ao movimento feminista, destaca-se o envolvimento na Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres da economia solidária, anteriormente a AMESOL, foram incorporadas às ações da Marcha Mundial das Mulheres, na formação, nas ações de rua, mobilização, etc. Com a formação da AMESOL em 2013, fazer parte do movimento feminista foi um desdobramento que se consolidou e se expressou em diversos momentos, seja na presença das mulheres da AMESOL nas atividades da

Marcha (9ª encontro internacional, 3ª e 4ª ação global, Marcha das Margaridas), seja nas mulheres da Marcha reforçando a importância da economia solidária como uma estratégia que coloca na prática, outra forma de fazer economia.

Com a realização das feiras e dos cursos, o fluxo de relações e o sentimento de pertencimento se intensificaram. As mulheres da Marcha foram convidadas a contribuir na formação e rodas de conversa das feiras, as mulheres da AMESOL atendendo aos chamados de mobilização da Marcha, ou ainda as mulheres da Marcha se voluntariando para ajudar nas feiras, ao mesmo tempo em que os grupos de economia solidária passaram a ser mais solicitados a prestar seus serviços e produtos na costura, artesanato ou alimentação, dentre outras coisas.

Esse pertencimento e identificação da Marcha como um movimento que discute o feminismo desde a realidade das mulheres populares, ficou muito marcado no debate da construção da logomarca da AMESOL, quando todas aderiram a ideia que no *lettering* o M da abreviação AMESOL fosse o mesmo M usando na logomarca da Marcha Mundial das Mulheres. A AMESOL incorporou às feiras um espaço onde as camisas da Marcha são comercializadas, o que marca nitidamente esse pertencimento ao movimento feminista.



PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA "PESQUISA-AÇÃO"

Neste projeto, consideramos a pesquisa como uma das ações que busca contribuir para a autonomia econômica das mulheres, junto com as atividades de comercialização, formação, inserção política e construção de movimentos aqui apresentadas. Tivemos como campo privilegiado de investigação, interlocução e reflexão a AMESOL; as lógicas dos seus empreendimentos; história das mulheres que a compõem e, a relação com o território na qual está inserida, a Região Metropolitana de São Paulo.

A produção de conhecimentos perpassou, primeiramente, coletar os depoimentos de mulheres empreendedoras sobre suas condições atuais de trabalho e de vida; sua trajetória pessoal, familiar, de trabalho e política; e suas aspirações e oportunidades. Passou logo por conectar esses depoimentos uns com os outros, destacando suas determinações sociais comuns, e investigar os espaços de ação coletiva, principalmente, no nível dos empreendimentos e da AMESOL. Por último, colocamos estas observações em perspectiva, fazendo uso de dados de contexto mais amplos, fornecidos pela coleta de documentos e por entrevistas com informantes chave, incluindo, membros da equipe do projeto.

Para integrarem-se à ação, esses conhecimentos foram compartilhados, de forma oral ou escrita, com as mulheres da AME-

SOL, com a equipe do projeto à medida que avançava. Este processo de retroalimentação da pesquisa foi importante para levantar algumas questões e para orientar o processo da pesquisa, como veremos à frente. Esta publicação é, portanto, uma forma importante, mas não única, de comunicar os resultados desta pesquisa e de tentar articular a pesquisa com a ação.

Esta postura epistemológica particular tem um conjunto de consequências na concepção e organização prática da pesquisa-ação que apresentamos à frente.

1. Espaços de comunicação entre a equipe de pesquisa, as mulheres empreendedoras e a equipe do projeto voltada a outros tipos de ações (comercialização, formação, inserção política e construção de movimentos) devem ser criados em diferentes níveis. Para isso, tivemos de imaginar, experimentar e, por vezes, ajustar as nossas propostas iniciais. Finalmente, usamos três principais espaços:

- Espaços de comunicação com todas as mulheres da AMESOL e a equipe do projeto em momentos chave: no início da pesquisa (novembro de 2017 e janeiro de 2018); durante um seminário para apresentar e discutir os primeiros resultados da pesquisa na UFSCar (setembro de 2018); na apresentação dos resultados consolidados, discussão e acordos para esta publicação (janeiro

e fevereiro de 2019). A apresentação oral dos primeiros resultados sublinhou a importância de considerar o envolvimento das mulheres na economia solidária, em estreita ligação com as suas condições familiares e de trabalho doméstico e apontou para a necessidade de identificar melhor o lugar e as formas de autogestão, dentro da AMESOL e da sua feira mensal, em particular. A apresentação dos resultados do fim do projeto (na forma de uma primeira versão deste texto) suscitou reações sobre a tomada de consciência do alcance das atividades da AMESOL e sobre os pontos comuns entre as experiências e trajetórias de vida das empreendedoras. Várias mulheres expressaram que tinham “se reconhecido na fala da companheira”, incluindo aquelas que só conheciam superficialmente, e que tinham aumentado a sua consciência dos seus obstáculos comuns (como mulheres ou mulheres negras, da periferia) e das possibilidades de construção conjunta. Esta devolutiva proporcionou a oportunidade para muitas reações sobre a transcrição literal das citações (ver Parte II). As reações destacaram a importância de incluir estes trechos que refletem fielmente a forma de falar de cada uma e, através disso, permitem perceber o lugar de fala das empreendedoras, como mulheres da periferia. Neste sentido, sempre que for possível identificar as citações, as empreendedoras da AMESOL afirmaram sua decisão de “assiná-las” com seu nome e o nome do empreendimento em vez de os anonimizá-las. Ao mesmo tempo, as reações mostraram uma preocupação pelos “vícios de linguagem” que aparecem nas falas (como a repetição do “tá?” ou do “né?”) que poderia, de certa forma, desacreditá-

-las. Conversamos sobre o fato destes vícios aparecerem em qualquer entrevista e fizemos uns ajustes mínimos nas citações.

- Espaços de comunicação regulares dentro de um Comitê de pesquisa, composto pela equipe de pesquisa, três empreendedoras e as duas educadoras da SOF envolvidas no acompanhamento das outras ações do projeto com a AMESOL. Este espaço funcionou com base em quatro reuniões presenciais durante 2018 e numerosos intercâmbios dentro do grupo *Whatsapp*. O Comitê teve várias funções. Por um lado, possibilitou a discussão de algumas questões que surgiram durante a pesquisa. Uma delas foi a importância e a abrangência das práticas solidárias desenvolvidas pelas mulheres para além das fronteiras estritas dos seus empreendimentos e a possibilidade de um alargamento da noção de empreendimento de economia solidária (ver Capítulo I, da Parte II). Estes debates permitiram que estas questões amadurecessem e guiassem a continuação da pesquisa. Por outro lado, o Comitê de pesquisa atuou como um espaço operacional de tomada de decisão para questões relacionadas à condução da pesquisa, como a possibilidade de realizar entrevistas filmadas com as produtoras durante a feira da AMESOL ou de mini-entrevistas (chamadas “conversas”) com o público da feira.

- Espaços de convivência criados pela participação da equipe de pesquisa em outras atividades da AMESOL, como oportunidade não só para observar e compreender essas atividades, mas também, para compartilhar, em tempo real, os resultados intermediários e as questões levantadas pela pesquisa. As sessões de formação com as

mulheres da AMESOL e algumas reuniões da Associação constituíram uma oportunidade para que a equipe de pesquisa contribuísse sobre questões relacionadas às práticas solidárias das empreendedoras, as condições materiais (distâncias, tempo e custo de transporte) para o desenvolvimento de ações coletivas (produção, comercialização, reuniões) na escala da Grande São Paulo e os entendimentos da AMESOL em relação à sua formalização como associação. Três oficinas temáticas (duas de cartografia e uma de comunicação) possibilitaram a produção coletiva de conhecimentos (elaboração de mapas, ver Parte II, Capítulo III, e elaboração de textos de apresentação dos empreendimentos da AMESOL para uso nas redes sociais).

- O envolvimento de mulheres da AMESOL na pesquisa de campo foi inicialmente proposto pelo Comitê de pesquisa como uma forma de quebrar a "divisão social do conhecimento" e de facilitar a aproximação da equipe de pesquisa com a realidade das empreendedoras. Esta proposta não pôde ser realizada, principalmente, por causa da falta de tempo das mulheres da AMESOL, que já combinam trabalho produtivo, doméstico, engajamento comunitário e político, e ainda mais pelo fato da pesquisa de campo exigir longas viagens aos locais de produção dos empreendimentos na Grande São Paulo.

2. A pesquisa deve estar localizada em **todas as esferas da vida** que determinam as condições para a construção da autonomia econômica das mulheres. Do ponto de vista da economia feminista, consideramos que a autonomia econômica depende de um vasto conjunto de condições e relações sociais, li-

gadas não só ao âmbito da produção para o mercado e a geração de renda, mas também, à esfera da família e do trabalho doméstico, à posição frente ao Estado e às condições de integração nas políticas públicas, à posição na sociedade em geral e no espaço público em particular (movimentos sociais e outros espaços de engajamento e de politização). A investigação das condições para uma maior autonomia econômica das mulheres exigiu, portanto, que fossem recolhidos depoimentos e observações em todas estas esferas, utilizando uma abordagem holística que procura vincular o trabalho das mulheres nos empreendimentos com os outros espaços em que elas estão inseridas. Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida em torno de três grupos de questões e de três níveis inter-relacionados:

a. Espaço da família e dos empreendimentos. Neste nível, a pesquisa foi guiada pelas seguintes perguntas, que se desdobram em roteiros de entrevista específicos: Qual é a nossa realidade, como mulheres urbanas, engajadas na economia solidária e feminista? Quais são os nossos pontos em comum a partir das nossas histórias de trabalho, familiares e de engajamento político? E as nossas diferenças? Quais as nossas alianças?

b. Espaços coletivos dos empreendimentos e da AMESOL. Aqui tencionamos responder às seguintes perguntas: Como nossos empreendimentos se inserem no espaço local e se articulam uns com outros na compra de matéria prima, comercialização ou outro? Como podemos ampliar ou melhorar estas ligações?

c. O espaço mais amplo dos territórios e dos espaços urbanos nos quais as mulhe-

res estão inseridas. Aqui as perguntas foram: Quais são os espaços da cidade que nós, mulheres, usamos para dar conta das nossas responsabilidades (empreendimento, AMESOL, movimento, família)? Como usamos estes espaços (tempo, custo e condições de transporte, em particular segurança)? Como são os nossos tempos? Por que é assim? O que queremos mudar e como fazê-lo?

3. A pesquisa-ação precisa **se aproximar ao máximo das experiências vividas pelas mulheres**. Este objetivo, obviamente, continua e continuará sendo um desafio. Adotamos alguns princípios para nos aproximar dele.

- As perguntas feitas às empreendedoras (ou outras pessoas) no âmbito da pesquisa devem acontecer em momentos ou espaços o mais próximo possível destas perguntas, para facilitar a aproximação. Desta forma, quando fomos investigar sobre as trajetórias individuais e a história das mulheres nos empreendimentos e movimentos de economia solidária e feminista, fizemos entrevistas de profundidade nos próprios empreendimentos, que na maioria dos casos eram também suas residências. Quando pesquisamos sobre a AMESOL, organizamos breves entrevistas na feira da AMESOL ou durante as sessões de formação onde se debatia a organização da associação. As “conversas” com as produtoras e o público sobre a construção do espaço de comercialização aconteceram durante a feira da AMESOL.

- Os instrumentos de pesquisa são principalmente qualitativos e aplicados de forma flexível, para permitir a expressão da

lógica própria da pessoa entrevistada. Estes instrumentos consistiram, dependendo do tema e da situação, em entrevistas semiestruturadas e aprofundadas, em breves depoimentos ou “conversas” informais em torno de perguntas simples. O registro de observações, particularmente, durante as formações e as reuniões, bem como a coleta do material produzido durante as oficinas (como os mapas), completaram o corpus empírico da pesquisa.

- Sempre que possível, os depoimentos são gravados, transcritos na íntegra e depois codificados utilizando conceitos “ancorados” que podem ser ajustados à medida que avança a análise. O texto final dá importância às citações literais (ver acima).

4. A formulação das perguntas de investigação são orientadas **para as condições de mudança social**, neste caso, a construção da autonomia econômica das mulheres (ver item 2, acima). O objetivo da pesquisa-ação é apoiar o processo de mudança social, produzindo conhecimentos sobre e para essa dinâmica de transformação. Por conseguinte, é diferente de outros tipos de pesquisa, que tem como prioridade produzir um diagnóstico de uma situação dada, e não investigar as possibilidades de transformação desta situação. Em outras palavras, as questões colocadas aqui se centram nas condições de mudança, mais do que nas características de uma situação estática. Assim, embora coloquemos as relações de gênero e de poder no centro da nossa análise, concentramo-nos, deliberadamente, na possibilidade de transformar estas relações, mais do que nos fatores de bloqueio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF, 2014.

ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA

**FORTALECENDO A AUTONOMIA
ECONÔMICA DAS MULHERES**

ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA:

FORTALECENDO A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Publicação da Universidade Federal de São Carlos - Termo de Execução Descentralizada 006/2016, firmado com a Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego..

ENTIDADES PARCEIRAS

FAI-UFSCar (Fundação de Apoio Institucional da UFSCar)

SOF (Sempre viva organização feminista)

AMESOL (Associação das mulheres da economia solidária)

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Fábio José Bechara Sanchez

EQUIPE DO PROJETO

Beatriz Schwenck

Fernanda Cristina Mello

Gláucia Marques

Helena Zelic

Isabelle Hillenkamp

Joana Barros

Lohayne Oliveira

Maria Fernanda Marcelino

Milena Lima e Silva

Miriam Nobre

Nalu Faria

Natália Lobo

Renata Baboni

Sheyla Saori

Simone Braghin

Sônia Coelho

Tica Moreno

Vera Lucia Ubaldino Machado

Edição de texto Beatriz Schwenck e Simone Braghin

Produção gráfica editorial Diagrama Editorial

Foto da capa Elaine Campos

Ilustrações Helena Zelic, Biba Rigo, Camila Afonso Zuca e Leila Monségur.

Fotos Equipe do projeto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E19

Economia feminista e solidária: fortalecendo a autonomia econômica das mulheres / coordenado por Fábio José Bechara Sanchez. - São Carlos : Diagrama Acadêmico, 2021.

153 p. ; PDF ; 5,3 MB.

ISBN: 978-65-995167-1-9 (Ebook)

1. Economia. 2. Feminismo. 3. Economia Solidária.
I. Sanchez, Fábio José Bechara. II. Título.

2021-2049

CDD 330

CDU 33

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia 330

2. Economia 33